

Pequena Central Hidrelétrica SL S.A.

CNPJ/MF nº 13.382.604/0001-91



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022			
ATIVO											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.541	26.586	651.978	242.478	18	22	34	19.448	25.647	
Disponibilidade da rede elétrica	6			38.636	30.687	21	910.294		1.008.966		
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	13.943	2	15.527	2	22	331.729	12.308	343.719	23.830	
Outros tributos compensáveis	7	12.665	12.469	23.420	17.506	33.1.3	141.688	97.269	141.688	97.269	
Dividendos a receber	19	521.041	61.168			7			9.772	1.676	
Estoques	10			12.728	1.671	7	7.448	6.672	27.202	23.323	
Cauções e depósitos vinculados	11				9.614	8			21.063		
Ativos da concessão	14			248.487	206.919	19				1	
Outros créditos	12	1.641	1.618	14.276	11.028	24			20	31	
Total do Ativo Circulante		560.831	101.843	1.005.052	519.905	13			7.134	6.361	
Não circulante											
Tributos diferidos	8	138.359	63.984	138.359	63.984	23			3.131	7.151	
Cauções e depósitos vinculados	11			13.716	2.644	25			5.636	4.391	
Ativos da concessão	14			1.506.019	1.283.954	12	1.391.181	117.240	1.597.868	196.253	
Outros créditos	12			311	333				10.089	6.573	
Investimentos	15	1.763.965	2.180.115	532	532						
Propriedades para investimentos	20			40.208	52.487						
Imobilizado	16		2.931	16.699	10.388						
Intangível	17			966.641	1.009.987						
Total do Ativo Não circulante		1.763.965	2.183.046	1.024.080	1.073.394						
TOTAL DO ATIVO		2.463.155	2.348.873	3.687.537	2.944.214						
PASSIVO											
Circulante											
Fornecedores	18					21			19.448	25.647	
Debêntures	21					22	910.294		1.008.966		
Empréstimos e financiamentos	22					23	331.729	12.308	343.719	23.830	
Instrumentos Financeiros Derivativos	33.1.3					33.1.3	141.688	97.269	141.688	97.269	
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7					7			9.772	1.676	
Outros tributos a recolher	7					7	7.448	6.672	27.202	23.323	
PIS e COFINS diferidos	8					8			21.063		
Dividendos	19					19				1	
Benefícios pós-emprego	24					24			20	31	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13					13			7.134	6.361	
Encargos Setoriais	23					23			3.131	7.151	
Provisões	25					25			5.636	4.391	
Outras contas a pagar	12					12		957	10.089	6.573	
Total do Passivo Circulante		1.391.181	117.240	1.597.868	196.253						
Não circulante											
Debêntures	21					21		793.075	447.975	793.075	
Empréstimos e financiamentos	22					22	834.707	1.091.734	897.658	1.166.037	
Instrumentos Financeiros Derivativos	33.1.3					33.1.3		157.815		157.815	
PIS e COFINS diferidos	8					8			131.825	127.810	
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8					8			355.455	301.774	
Benefícios pós-emprego	24					24			207	413	
Encargos Setoriais	23					23			2.273	1.353	
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.3					9.3	200		200		
Provisões	25					25			8.488	7.131	
Outras contas a pagar	12					12		2.264	8.521	5.785	
Total do Passivo Não circulante		834.907	2.044.888	1.852.602	2.561.193						
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.463.155	2.348.873	3.687.537	2.944.214						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas	27			541.922	389.194
Custo do serviço de energia elétrica	29			(49.469)	(51.336)
Custo de operação				(175.575)	(101.383)
Custo do serviço prestado a terceiros				(225.044)	(152.719)
Lucro bruto				316.878	236.475
Despesas e Receitas operacionais	29			(148)	(285)
Despesas com vendas				(71.926)	(59.806)
Despesas gerais e administrativas		(209)	(1.435)	(71.926)	(59.806)
Outras despesas e receitas operacionais		170	(6.295)	310	(7.421)
Resultado das participações societárias	15	178.707	137.032	245.114	168.963
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		178.668	129.302	245.114	168.963
Resultado financeiro	30			92.295	103.832
Receitas financeiras		71.618	81.209	92.295	103.832
Despesas financeiras		(370.946)	(332.074)	(381.570)	(342.706)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(299.328)	(250.865)	(289.275)	(238.874)
Tributos sobre o lucro	31			(44.161)	(69.911)
Imposto de renda e contribuição social correntes				(22.848)	(10.599)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		74.434	63.435	20.778	22.389
Resultado líquido do exercício		(46.226)	(58.128)	(46.231)	(58.121)
Atribuível aos acionistas controladores		(46.226)	(58.128)	(46.226)	(58.128)
Atribuível aos acionistas não controladores				(5)	7
Resultado por ação atribuível aos acionistas	32			(46.226)	(58.128)
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)				(46.226)	(58.128)
ON		(4.622.60000)	(5.812.80000)	(4.623.10000)	(5.812.10000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Resultado líquido do exercício		(46.226)	(58.128)	(46.231)	(58.121)
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		48	1.238	48	1.238
		48	1.238	48	1.238
Resultado abrangente do exercício		(46.178)	(56.890)	(46.183)	(56.883)
Atribuível aos acionistas controladores		(46.178)	(56.890)	(46.178)	(56.890)
Atribuível aos acionistas não controladores				(5)	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Geração do valor adicionado		208	(63)	638.754	461.052
Receita operacional				150.567	171.138
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(148)	(285)
Receita relativa à construção de ativos próprios	21			9.017	120.751
Receita de Construção				211.299	159.555
Atualização dos Ativos da concessão				2.605	9.893
Outras receitas	187	(63)		9.893	
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(353)	(7.632)	(215.808)	(128.174)
Materiais	(7)	(323)	(2.448)	(2.224)	(15.168)
Serviços de terceiros	(280)	(1.071)	(22.973)	(184.571)	(101.383)
Custo com construção da infraestrutura				(9.399)	
Outros custos operacionais	(66)	(6.238)	(5.816)	(9.399)	
Valor adicionado bruto		(145)	(7.695)	422.946	332.878
Retenções					
Depreciações e amortizações	(373)	(586)	(50.024)	(43.213)	
Valor adicionado líquido produzido		(518)	(8.281)	372.922	289.665
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		79.155	88.333	100.849	112.064
Resultado da equivalência patrimonial		178.707	137.032		
Valor adicionado total a distribuir		257.344	217.084	473.771	401.729
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta				28.975	32.457
Benefícios			13	5.102	4.433
FGTS				2.101	6.359
Impostos, taxas e contribuições					
Federais	(66.897)	(56.311)	99.163	72.433	
Estaduais		4	948	221	
Municipais			1.380	732	
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	370.946	332.074	381.570	342.706	
Aluguéis	(490)	(568)	747	509	
Remuneração de capital próprio					
Participações dos não controladores				7	
Prejuízo do exercício		303.559	275.212	519.986	459.857
		(46.215)	(58.128)	(46.215)	(58.128)
		257.344	217.084	473.771	401.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(120.660)	(121.563)	(44.161)	(69.911)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Tributos diferidos				(12.674)	52
Remuneração do ativo financeiro indenizável				(251.456)	(221.773)
Depreciações e amortizações		373	586	50.024	47.066
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		(181)	24		
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, Financiamentos e debêntures		92.600	(2.349)	99.972	6.864
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		176	312	382	321
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				31	119
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas				2.982	2.012
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				1.895	(92)
Resultado de participações societárias		(178.696)	(137.032)		
(Ganhos) Perdas com investimentos			50		50
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1.548)		(1.709)	22
Instrumentos financeiros derivativos		200.922	255.084	200.922	255.084
Outros		(7.014)	(4.888)	44.349	18.752
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Consumidores e concessionárias				(7.949)	(4.593)
Ativos da concessão				201.067	146.484
Outros					

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Companhia ou Controladora), é sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Serra, Estado do Espírito Santo, foi constituída em 22 de fevereiro de 2011 e tem como objeto social: (i) as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; (ii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; (iv) implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração de projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; (v) participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil e/ou no exterior; e (vi) prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou no exterior.

Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil S.A. divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, naquela data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás, pelo montante, atualizado nesta data-base da operação, de R\$2.113.690.

A Companhia em 21 de outubro de 2023, passou a deter 100% das ações da EDP Goiás, concessionária de serviço público de energia elétrica, com sede no município de Goiânia, no Estado de Goiás. A controlada tem como objeto social a exploração técnica e comercial de instalações de transmissão, que lhe foram outorgadas pelo Poder Concedente, por meio de contratos de concessão específicos. (Notas 4.4 e 4.5).

2 Controlada - Concessão de Transmissão

Os contratos de concessão assinados entre a ANEEL e as empresas prestadoras dos serviços de transmissão de energia estabelecem regras claras a respeito de regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços prestados. Da mesma forma, define penalidades para os casos em que a fiscalização da ANEEL constatar irregularidades.

O serviço público de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) compreende as instalações da Rede Básica (RB) e da Rede Básica de Fronteira (RBF). Conforme a Resolução Normativa nº 67, de 8 de julho de 2004, a RB é composta pelas instalações do SIN com nível de tensão igual ou superior a 230kV, enquanto a RBF está composta pelas unidades transformadoras de potência do SIN com tensão superior igual ou maior de que 230kV e tensão inferior menor de que 230kV.

A ANEEL, por meio de delegação do Poder Concedente, realiza as licitações para contratação do serviço público de transmissão de energia elétrica, bem como firma os respectivos contratos de concessão da transmissão. Após a assinatura dos contratos inicia-se a fase de gestão contratual, na qual são realizados serviços, tais como: análise e aprovação da conformidade dos projetos básicos, análise para enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e Declarações de Utilidade Pública (DUP).

Em 31 de dezembro de 2023 a EDP Goiás possui o direito de explorar as concessões de transmissão, com as seguintes características:

Empresa	Extensão	Modalidade	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação	nº Contrato
EDP Goiás	744 km	Serviço Público	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/ 138/69kV	01/01/2013	01/01/2043	Podem ser prorrogada a critério do Poder Concedente	063/2001
EDP Goiás	11 km	Serviço Público	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV	06/03/2015	06/03/2045	Podem ser prorrogada a critério do Poder Concedente	003/2015
EDP Goiás	0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Podem ser prorrogada a critério do Poder Concedente	004/2016

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de março de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 33.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Ativos da Concessão (Nota 14); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 25.1); Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 33.1.3); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 33.1.2.1); Propriedades para investimentos (Nota 20) e Combinação de negócios (Nota 15.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 15).

A Companhia controla a EDP Goiás e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da Controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de transmissão de energia elétrica. Tal segmento concentrou em 2023 100% da receita operacional bruta consolidada.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação		Data da vigência
		IASB	Natureza	
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações a CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

Norma	Descrição da alteração	Correlação		Data da vigência
		IASB	Natureza	
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023

Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7 e IAS 9	Pronunciamento	01/01/2023
--	--	--	----------------	------------

Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
---	--	-------------------------------	----------------	------------

OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
--	---	-----	------------	------------

Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
--	--	-----------------------	----------------	------------

Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
---------------------------------------	---	----------------	----------------	------------

CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
---	---	--------	----------------	------------

3.8.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação		Data da vigência
		IASB	Natureza	
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Captações de recursos

Durante o exercício de 2023, a Companhia e sua controlada obtiveram os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Consolidado		Valor	Custo da dívida	Finalidade
		Vencimento	Valor			
Em moeda estrangeira 4131 Scotiabank - SWAP	dez/23	dez/25	172.413 USD	USD + 6,27%		Refinanciamento do <i>funding</i> de aquisição
Total em moeda estrangeira			172.413 USD			
Em moeda nacional Debêntures - 01ª Emissão - 1ª série	dez/23	dez/28	366.666	CDI + 1,20% a.a.		Refinanciamento do <i>funding</i> de aquisição
Debêntures - 01ª Emissão - 2ª série	dez/23	dez/30	183.334	CDI + 1,40% a.a.		Refinanciamento do <i>funding</i> de aquisição
Total em moeda nacional			550.000			

Para maiores informações, vide notas 21 e 22.

4.2 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na controlada EDP Goiás

Publicação	Descrição	Status
REN nº 2.832 de 16 de agosto de 2023	Em 16 de agosto de 2023, foi publicada a REN nº 2.832 que autoriza a Companhia, Contrato de Concessão nº 063/2001, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelecer os valores das correspondentes parcelas da RAP.	A controlada EDP Goiás solicitou o pleito de acréscimo de 4 CTs, gerando um adicional de custos.
Portaria nº 2.712 de 15 de dezembro de 2023	Em 15 de dezembro 2023 foi publicada a Portaria nº 2.712/SNTEP/MME/2023, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi dos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo reforços da EDP Goiás. (Despacho ANEEL nº 2.832, de 10 de agosto de 2023).	A controlada EDP Goiás obteve o REIDI que traz benefícios tributários ao projeto.

4.3 Conclusão dos reforços em transmissão da controlada EDP Goiás

Conclusão do reforço da instalação de transmissão de energia elétrica para implantação do setor de 138kV - 230/138kV - (6+1R)x33,33 MVA na SE Itapaci, aprovado pela Resolução autorizativa nº 8.614 de 27 de fevereiro de 2020, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$12,670 (valor atualizado para o ciclo 2023/2024) na EDP Goiás.

Conclusão do R\$2,162 do da instalação na Xavantes em setembro de 2023 na controlada, aprovado pela Resolução autorizativa nº 11.645 de 12 de abril de 2022, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$16.033 (valor atualizado para o ciclo 2023/2024).

4.4 Aquisição adicional de ações da controlada EDP Goiás

Entre os meses de maio e agosto de 2023, a Santa Leopoldina adquiriu ações, sendo ao todo, 3.213 ações ordinárias. Dessa forma, a Controladora passou a deter 329.723.712 ações, que representam 99,9999% do capital social total da EDP Goiás.

4.5 Grupoamento de ações da controlada EDP Goiás

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de setembro de 2023, por maioria dos acionistas que representam 329.723.712 votos a favor, aprovaram o grupamento das 329.725.474 ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 20.000 ações para 1 ação, sem modificação do valor do capital social, resultando em 16.486 ações ordinárias e sem valor nominal.

Ficou consignado que os acionistas titulares de ações em números que não seja múltiplo de 20.000 ou que sejam titulares de menos de 20.000 ações tinham o prazo de 30 dias a partir da data desta AGE para ajustar suas posições mediante a negociação privada das ações.

Transcorrido o prazo de 30 dias para ajustes de posições, as eventuais frações de ações resultantes do grupamento foram identificadas, separadas e adquiridas pela Companhia para manutenção em Ações em tesouraria, mediante o pagamento de valor proporcional do patrimônio líquido por ação de R\$6,40 com prêmio adicional de R\$3,90, totalizando o valor por ação de R\$10,30.

Em 21 de outubro de 2023 a Companhia passou a deter 100% das ações da controlada EDP Goiás.

4.6 Transmissão - Reajuste tarifário

Os Contratos de Concessão estabelecem que a controlada, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leião de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão na EDP Goiás, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.216, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 3,94% de reajuste para a Companhia.

EDP Goiás	RAP 2023	RAP 2022
	REH nº 3.216	REH nº 3.067
	317.082	289.005
	317.082	289.005

4.7 Medidas da ANEEL para regulação de transmissão de energia

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa - REN nº 1.044 de 30 de setembro de 2022	A REN nº 1.044/2022, estabelece os procedimentos para compartilhamento de infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica e revoga as Resoluções Normativas nº 375/2009 e nº 797/2017.	A REN nº 1.044/22 entrou em vigor em 1º de novembro de 2022.
Portaria Normativa nº 1.562 de 22 de setembro de 2022	O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria Normativa nº 1.562/2022, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.645, de 12 de abril de 2022, de titularidade da controlada EDP Goiás.	A Portaria Normativa nº 1.562/22 entrou em vigor na data da publicação.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento		505	51	86.305
Aplicações financeiras				1.192
Certificados de Depósitos Bancários - CDB		11.036	26.535	565.673
Total		11.541	26.586	651.978
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.				241.286
Os investimentos financeiros da Companhia e de sua controlada estão remunerados a taxa que variam entre 85% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.				242.478



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:2706515000130 - Em: 09/04/2024**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

...continuação

Pequena Central Hidrelétrica SI S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira. A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 33.

6 Disponibilidade da rede elétrica
O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2023 no consolidado de R\$38.636 (R\$30.687 em 31 de dezembro de

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Controladora							Valor líquido em 31/12/2023
		Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência		
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	2	-	1.548	-	(76)	12.469	13.943	
Total Circulante		2	-	1.548	-	(76)	12.469	13.943	
Outros tributos compensáveis									
IRRF sobre aplicações financeiras		1.675	610	-	-	(1.675)	-	610	
IRRF sobre juros s/ capital próprio		10.794	12.055	-	-	(10.794)	-	12.055	
Total Circulante		12.469	12.665	-	-	(12.469)	-	12.665	
Passivos a recolher									
Outros tributos a recolher									
ICMS		-	1	-	(1)	-	-	-	
PIS e COFINS		6.670	7.532	-	(6.678)	(76)	-	7.448	
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		2	7	-	(9)	-	-	-	
Total Circulante		6.672	7.540	-	(6.688)	(76)	-	7.448	
	Nota	Consolidado							Valor líquido em 31/12/2023
		Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência		
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	2	-	1.715	11.182	(76)	2.704	15.527	
Total Circulante		2	-	1.715	11.182	(76)	2.704	15.527	
Outros tributos compensáveis									
PIS e COFINS		52	1.639	-	-	(1.563)	-	128	
IRRF sobre aplicações financeiras		6.447	6.171	-	-	(1.675)	-	10.943	
IRRF sobre juros s/ capital próprio		10.794	12.055	-	-	(10.794)	-	12.055	
IR/CS retidos sobre faturamento		202	361	-	-	(269)	-	294	
Outros		11	-	-	-	(11)	-	-	
Total Circulante		17.506	20.226	-	-	(14.312)	-	23.420	
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.676	22.848	-	(4.706)	-	(10.046)	9.772	
Total Circulante		1.676	22.848	-	(4.706)	-	(10.046)	9.772	
Outros tributos a recolher									
ICMS		900	10.940	1	(11.741)	-	-	100	
PIS e COFINS		9.551	41.497	-	(39.020)	(76)	(1.562)	10.390	
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		1.054	5.330	3	(2.759)	-	-	3.628	
IRRF sobre juros s/ capital próprio		10.794	12.056	-	(10.794)	-	-	12.056	
Encargos com pessoal		1.024	13.512	2	(13.539)	-	-	999	
Outros		-	29	-	-	-	-	29	
Total Circulante		23.323	83.364	6	(77.853)	(76)	(1.562)	27.202	

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia líquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A controlada, conforme publicação do Diário Oficial de 20 de dezembro de 2022, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI as obras de reforços das subestações Xavantes (Ato Declaratório executivo 122/2022) e Pirineus (Ato Declaratório Executivo 123/2022). O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

7.1 Imposto de renda e contribuição social

O montante de R\$13.943 da Companhia, refere-se substancialmente ao impacto da Lei 13.670/18, onde está vedada à compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

8 Tributos diferidos

	Nota	Controladora e Consolidado					
		Ativo		Passivo		Resultado	
		Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	2023	2022
PIS e COFINS	8.1		21.063	131.825	127.810		
Imposto de renda e contribuição social	8.2	138.359	63.984	355.455	301.774		
Total		138.359	63.984	487.280	429.584		

8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Controladora					
	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Prejuízos Fiscais	72.212	12.426			59.829	12.022
Base negativa da contribuição social	25.996	4.473			21.539	4.328
	98.208	16.899	-	-	81.368	16.350
Diferenças Temporárias						
Instrumentos financeiros - CPC 39	40.151	47.041			(6.890)	47.041
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		1.240	1.196	(44)	44	
Total Diferenças Temporárias	40.151	48.281	1.196	(6.934)	47.085	
Total bruto	138.359	65.180	1.196	74.434	63.435	
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(1.196)	(1.196)	-	-	
Total	138.359	63.984	-	-	63.435	

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a receber da controlada (Nota 19), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controlada, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Disponibilidade da rede elétrica (Nota 6)	Relacionamento	Duração	Consolidado						
			Circulante		Ativo Não circulante		Receitas (Despesas) Operacionais		
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Uso do sistema de transmissão									
EDP Espírito Santo	Controle Comum	23/12/2019 a 17/07/2025	233	181			1.660	1.465	
EDP São Paulo	Controle Comum	23/12/2019 a 23/11/2028	362	289			2.860	1.924	
Enerpeixe	Controle Comum	01/03/2006 a 30/11/2036	21	17			219	176	
Lajeado	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033	28	23			298	238	
Investco	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033					4	3	
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	01/11/2014 a 31/12/2048	8	7			87	73	
São Manoel	Controle Comum	01/11/2017 a 30/04/2049	41	46			448	375	
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2013 a 31/07/2043	30	18			282	257	
CEJA	Controle Comum	01/04/2013 a 31/12/2044	12	11			137	115	
			735	592	-	-	5.995	4.626	
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)									
Contratos de Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/02/2022 a 31/12/2026			11	9	(157)	(159)	
EDP São Paulo	Controle Comum	01/02/2022 a 31/12/2022				17		(22)	
Contrato de Compartilhamento de BackOffice (b)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/02/2022 a 31/12/2023			39	171	(2.167)	702	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2027			11	50	695	1.810	
					50	182	(1.629)	2.331	
Contrato de prestação de serviços (d)									
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/06/2022 a 31/12/2024	17	117			234	117	
Investco	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	82	553			970	553	
CEJA	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	52	348			610	348	
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	52	348			610	348	
Enerpeixe	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	51	344			604	344	
EDP Smart Serviços	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024		32			14	32	
São Manoel	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	51	340			597	340	
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	52	347			660	347	
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	55	372			651	371	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	90	306			536	306	
Mata Grande Transmissora	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024	21	50			127	50	
Elebrás	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	16				94		
CenaeeI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	43				42		
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7				40		
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7				40		
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7				40		
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7				40		
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	23				133		



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:2706515000130 - Em: 09/04/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

...continuação

Pequena Central Hidrelétrica SI S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Duração	Consolidado					Receitas (Despesas)	
			Circulante		Ativo		Operacionais		
			31/12/2023	31/12/2022	Não circulante	Não circulante	2023	2022	
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7					38	
Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	23					28	
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	28					33	
Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	33					33	
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	33					38	
Central Eólica Srmm I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	37					33	
Central Eólica Srmm II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	33					38	
Central Eólica Srmm III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	37					38	
Central Eólica Srmm IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	37					26	
Central Eólica Srmm V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	26					56	48
Central Eólica Pereira Barreto I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	10	47				56	48
Central Eólica Pereira Barreto II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	14	47				56	48
Central Eólica Pereira Barreto III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	10	47				56	48
Central Eólica Pereira Barreto IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	10	47				56	48
Central Eólica Pereira Barreto V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8	41				48	40
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7					36	
Central Eólica Jerusalém II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7					36	
Central Eólica Jerusalém III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7					36	
Central Eólica Jerusalém IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7					36	
Central Eólica Jerusalém V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7					36	
Central Eólica Jerusalém VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8					41	
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	15					83	
Central Eólica Monte Verde II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	15					83	
Central Eólica Monte Verde III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	14					72	
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	21					114	
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8					41	
Central Eólica Boqueirão I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	10					52	
			1.105	3.386	-	-	-	7.285	3.388
			1.840	3.978	50	182	26	11.651	10.345

(* Em 22 de dezembro de 2023, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à atual sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém (*), Investco, Lajeado e EDP Smart Energia, bem como entre a EDP - Energias do Brasil e EDP Espírito Santo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão SP-MG e EDP Transmissão Litoral Sul. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2023 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da controlada EDP Goiás (*) como parte dos contratos.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Investco, Lajeado, Porto do Pecém (*), EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *BackOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023. Atualmente, está em vias de conclusão na ANEEL o processo de anuência à renovação desse contrato por mais 5 anos.

Com a alienação da companhia Energest pela controladora EDP - Energias do Brasil, em dezembro de 2022 foi firmado aditivo excluindo tal empresa, porém mantendo a vigência e demais condições do contrato anterior.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Santa Leopoldina e a controladora EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Goiás, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte, Porto do Pecém (*), Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP EDP Trading e EDP Smart Energia. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(d) Contratos de Prestação de serviços

Foi aprovado pela ANEEL, em 15 de dezembro de 2022, por meio do Despacho nº 3.588, a celebração do contrato com a EDP Goiás, assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 31 de dezembro de 2024. O Contrato refere-se a Prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana.

(* Em 22 de dezembro de 2023, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

	Consolidado		
	Diretoria Estatutária	2023	2022
Remuneração (a)	1.349	687	
Benefícios de curto prazo (b)	33	17	
Benefícios - Previdência privada	57	28	
Remuneração baseada em ações	61		
Total	1.500	732	

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.3 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-
AFACs realizados no exercício - EDP Energias do Brasil	96.700
Aumento de Capital social (Nota 26.1)	(96.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	200

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

10 Estoques

	Nota	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Material de almoxarifado	10.1	3.891	1.950
Resíduos e sucatas		41	41
(-) Perda estimada na realização dos estoques		(320)	(320)
Total		3.612	1.671

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços.

10.1 Material de almoxarifado

No exercício de 2023 houve o registro dos equipamentos defeituosos. Após análise, foi decidido que esses equipamentos não seriam reparados para reintegração à infraestrutura de transmissão e, portanto, deveriam ser alienados.

11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Consolidado				Saldo em 31/12/2023
		Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	
Depósitos judiciais		556	99	58	(91)	622
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	10.937	765	1.366	(145)	12.158
Outros cauções						936
Total		12.258	270	1.424	(236)	13.716
Circulante		9.614				-
Não circulante		2.644				13.716

11.1 Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

Refere-se à garantia exigida junto ao financiamento do Banco do Brasil. A controlada tem a obrigação de manter durante todo o prazo de vigência, conta reserva com saldo mínimo a 6 parcelas do serviço da dívida. Após análise da controlada, foi realizado o resgate no montante de R\$1.366 para ajuste na estimativa das próximas parcelas.

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Nota	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos				988	1.851			
Dispêndios a reembolsar	1.641	1.618		1.661	1.638			
Bens destinados à alienação/desativação	12.2			7.894	746			
Serviços em curso				90	90			
Serviços prestados a terceiros				3	3			
Ressarcimento de custos - CDE/ RGR				984	663			
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			1.105	3.386			50
Outros				1.551	2.651	311	283	
Total	1.641	1.618	-	14.276	11.028	311	333	
Outras contas a pagar - Passivo								
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos				170				
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9					182	26	
Arrendamentos e alugueis	12.1	795	2.264	1.034	1.031	2.259	2.721	
Parcela de ajuste	12.3			8.009	1.295	4.773	2.420	
Outros				896	4.278	1.307	618	
Total	-	957	2.264	10.109	6.604	8.521	5.785	

12.1 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia e sua controlada efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e alugueis, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Pagamentos	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2023
Edifícios	795	(677)	490	-	(608)	-	-
Total Circulante	795	(677)	490	-	(608)	-	-
Edifícios	2.264	-	(490)	176	(1.950)	-	-
Total Não circulante	2.264	-	(490)	176	(1.950)	-	-

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Pagamentos	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2023
Edifícios	870	187	(1.103)	918	(5)		867
Equipamentos de informática	161	-	(172)	43	7		39
Veículos	-	128	(92)	92			128
Total Circulante	1.031	315	(1.367)	1.053	7	(5)	1.034
Edifícios	2.644	-	(918)	339	(19)		2.046
Equipamentos de informática	77	-	(43)	6			40
Veículos	-	235	(92)	30			173
Total Não circulante	2.721	235	-	(1.053)	375	(19)	2.259

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e alugueis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Consolidado					
	Edifícios		Equipamentos de informática		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2024	867	10,93%	39	13,96%	128	13,81%
Total Circulante	867		39		128	
2025	789	10,93%	40	13,96%	114	13,81%
2026	712	10,93%			59	13,81%
2027	404	10,93%				
2028	48	10,93%				
2029	43	10,93%				
2030 até 2042	50	10,93%				
Total Não circulante	2.046		40		173	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os exercícios previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	Nominal	Com AVP
Fluxos de caixa		
Contraprestação do arrendamento	3.680	3.293
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(340)	(305)

Os contratos de arrendamentos e alugueis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 16).

12.2 Bens destinados à alienação

Do saldo de R\$7.894 no consolidado, R\$7.148 refere-se à alienação de terreno na controlada EDP Goiás.

12.3 Parcela de ajuste

No consolidado, o saldo total de R\$12.782 em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.715 em 31 de dezembro de 2022) Circulante e Não Circulante, refere-se a estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2023/2024, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela AN

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a controlada reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão. Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a controlada ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela controlada apresentadas na nota explicativa 26 - Receitas. No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União. De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia e sua controlada consideram que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 33.2.3.

A movimentação da controlada no exercício é a seguinte:

	Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2022	Adições (Notas 27 e 28)	Remuneração (Nota 27)	Baixas	Margem na construção (Nota 27)	Reajuste tarifário (Nota 4.6)	Outros (Nota 14.1)	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos da concessão	1.490.873	175.575	211.299	(221.653)	51.129	8.573	38.710	1.754.506
Circulante	206.919	-	-	-	-	-	-	248.487
Não circulante	1.283.954	-	-	-	-	-	-	1.506.019

Do saldo total de R\$1.754.506: (i) R\$1.504.958 refere-se ao contrato 063/2001; (ii) R\$221.609 refere-se ao contrato 004/2016; e (iii) R\$27.939 refere-se ao contrato 003/2015 na controlada.

14.1 Outros

O montante de R\$38.710, refere-se a RAP homologada por meio da REH nº 3.216. De acordo base nas regras de reajuste e revisão previstas nos contratos de concessão e na regulamentação setorial (PRORET), as quais estão sujeitas ao reajuste inflacionário. O montante são reconhecidos e remunerados através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das melhores estimativas e trazidos a valor presente. Quando são homologados os novos valores de receita, a companhia aplica sobre as parcelas remanescentes a diferença entre a inflação inicial e a nova projeção, para o qual foi aprovado para o ciclo 2023/2024, o efeito inflacionário de 3,94% na controlada (Nota 4.6).

15 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na EDP Goiás, a qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessa a partir da data em que a Companhia perde o controle da investida.

15.1 Combinação de negócios - EDP Goiás

Em 14 de outubro de 2021, a Companhia venceu o leilão para adquirir 100% das ações da EDP Goiás por R\$1.977.000. A aquisição foi aprovada pelo CADE em janeiro de 2022 e pela ANEEL em fevereiro de 2022. Em 07 de fevereiro de 2022, a Santa Leopoldina concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão), pelo montante de R\$2.113.690, que se refere à contraprestação conforme edital, adicionado aos ajustes de atualização monetária, tendo a alocação final incluído investimento e mais valia na concessão da controlada, sendo os ativos e passivos assumidos como Direito de Concessão, assim como o ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão, que será amortizado por seu prazo remanescente, portanto nenhum valor residual foi alocado como *goodwill*. A conciliação dos montantes adquiridos estão demonstrados nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2022, e não sofreram atualização no exercício de 2023.

Entre os meses de maio e agosto de 2023, a Santa Leopoldina adquiriu 3.213 ações ordinárias da controlada. Dessa forma, a Controladora passou a deter 99,9999% das ações da controlada (nota 4.4).

Em 21 de outubro de 2023 conforme mencionado na nota 4.5, a controladora passou a deter 100,00% das ações ordinárias da controlada. A EDP Goiás possui 755,5km de rede e opera 14 subestações em Goiás, com um prazo de concessão até 2043-2046 e uma Receita Anual Permitida de R\$ 317,082 (nota 4.6).

15.2 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora				% Participação direta				
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas/Amortizações	Equivalência Patrimonial	Dividendos/JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos									
EDP Goiás	1.171.899	6	(5)	228.484	(594.906)	48	805.526	100,00	99,9989
EDP Goiás (Mais Valia)	1.008.216	-	-	(49.777)	-	-	958.439	-	-
Total	2.180.115	6	(5)	178.707	(594.906)	48	1.763.965		

15.3 Participação direta do investimento

	EDP Goiás	
	31/12/2023	31/12/2022
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		
Ordinárias	16	329.722
% de participação da Companhia		
Capital social integralizado	100	100
Capital votante	100	100
Ativos totais	2.550.949	1.828.396
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	1.745.423	656.486
Patrimônio líquido	805.526	1.171.912
Receitas	541.922	379.238
Resultado líquido do exercício (*)	228.492	171.647

(*) saldo apresentado é referente ao período de fevereiro de 2022 a dezembro de 2022.

15.4 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	EDP Goiás	
	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido - Saldo inicial	1.171.912	1.070.989
Aquisição de investimentos	-	1.070.989
Distribuição de dividendos aos acionistas	(594.926)	(71.963)
Lucro do exercício	228.492	171.647
Outros resultados abrangentes	48	1.239
Patrimônio líquido - Saldo final	805.526	1.171.912
Percentual de participação societária - %	100,00%	99,999%
Participação nos investimentos	805.526	1.171.899
Direito de concessão	958.439	1.008.216
Saldo contábil do investimento na Controladora	1.763.965	2.180.115

16 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisões para redução ao valor recuperável.

16.1 Composição do imobilizado

	Controladora			
	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Ativos de direito de uso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	18,18	3.517	(586)	2.931
Total Ativos de direito de uso		3.517	(586)	2.931
Total imobilizado		3.517	(586)	2.931

	Consolidado							
	31/12/2023				31/12/2022			
Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	0,01	2.170	(60)	2.110	-	-	-	
Máquinas e equipamentos	9,08	9.684	(3.988)	5.696	8,91	8.954	(3.579)	5.375
Veículos	6,45	908	(877)	31	6,45	908	(836)	72
Móveis e utensílios	6,02	1.101	(251)	850	5,60	374	(200)	174
	13,863	(5.176)	8.687	10.236	(4.615)	5.621		
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,81	3.237	(370)	2.867	16,99	4.032	(625)	3.407
Equipamentos de informática	8,67	291	(16)	275	291	(16)	275	
Veículos	20,34	363	(94)	269	-	-	-	
Total Ativos de direito de uso	3,891	(480)	3.411	4.323	(641)	3.682		
Imobilizado em curso								
Administração		4.601	-	4.601		1.085	-	1.085
Total do imobilizado em curso		4.601	-	4.601		1.085	-	1.085
Total imobilizado		22.355	(5.656)	16.699		15.644	(5.256)	10.388

16.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

- Edificações, obras civis e benfeitorias: referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da EDP Goiás e (ii) à sede da Companhia e à filial da controlada localizadas em São Paulo.
- Equipamentos de informática: refere-se ao contrato de aluguel de *notebooks* e *desktops* utilizados pelos colaboradores, incluindo sua manutenção.

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

16.2 Movimentação do imobilizado

	Controladora					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Depreciações	Reversão	Outros	
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.931	-	(373)	(2.558)	-	-
Total Ativos de direito de uso	2.931	-	(373)	(2.558)	-	-
Imobilizado em curso						
Outros	-	21	-	-	(21)	-
Total do imobilizado em curso	-	21	-	-	(21)	-
Total do imobilizado	2.931	21	(373)	(2.558)	(21)	-

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2023	
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos (Nota 16.2.1)	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Reclassificação		
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	2.170	(60)	-	2.110	
Máquinas e equipamentos	5.375	-	730	(409)	-	5.696	
Veículos	72	-	-	(41)	-	31	
Móveis e utensílios	174	-	627	(51)	-	850	
Total do imobilizado em serviço	5.621	-	3.627	(561)	-	8.687	
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.407	187	-	(703)	(24)	2.867	
Equipamentos de informática	275	-	-	-	-	275	
Veículos	-	363	-	(94)	-	269	
Total Ativos de direito de uso	3.682	550	-	(797)	(24)	3.411	
Imobilizado em curso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	2.170	(2.170)	-	-	-	
Máquinas e equipamentos	-	5.236	(730)	(309)	-	4.197	
Outros	1.085	279	(727)	(233)	-	404	
Total do imobilizado em curso	1.085	7.685	(3.627)	(542)	-	4.601	
Total do imobilizado	10.388	8.235	-	(1.358)	(542)	(24)	16.699

O valor de ingresso no consolidado refere-se a dois fatores na controlada EDP Goiás: (i) rateio do contrato de arrendamento da sede administrativa da controladora final da Companhia em São Paulo; e (ii) transferências dos ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana conforme o Despacho ANEEL nº 3.588/2022 assumindo o lugar EDP Trading.

16.2.2 Outros

Referem-se às transferências dos ativos para a controlada, relacionados ao contrato de prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana conforme o Despacho ANEEL nº 3.588/2022 assumindo o lugar EDP Trading.

17 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

17.1 Composição do intangível

	Consolidado							
	31/12/2023				31/12/2022			
Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço								
Transmissão	20,00	2.316	(942)	1.374	20,00	691	(645)	46
Software	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de concessão - Transmissão	4,33	1.053.863	(95.424)	958.439	4,33	1.053.863	(45.635)	1.008.228
Total do Intangível em Serviço	1.056.179	(96.366)	959.813	1.054.554	(46.280)	1.008.274		
Intangível em curso								
Software	-	6.828	-	6.828	-	1.713	-	1.713
Total do Intangível em Curso	6.828	-	6.828	1.713	-	1.713	-	
Total do intangível	1.063.007	(96.366)	966.641	1.056.267	(46.280)	1.009.987		

17.2 Movimentação do intangível

	Consolidado					
	Valor líquido Nota em 31/12/2022	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível em serviço						
Software	-	-	1.626	(298)	-	1.328
Servidão permanente	-	46	-	-	-	46
Direito de concessão - Transmissão	17.2.1	-	-	(49.789)	-	(49.789)
Outros intangíveis em serviço	1.008.228	-	-	-	-	1.008.228
Total do intangível em serviço	1.008.274	-	1.626	(50.087)	-	959.813
Intangível em curso						
Software	17.2.2	-	5.521	(1.626)	541	679
Total do Intangível em Curso	17.2.2	-	5.521	(1.626)	541	679
Goodwill	-	1.713	-	-	-	1.713
Total do intangível	1.009.987	5.521	-	(50.087)	541	679

17.2.1 Direito de concessão - Transmissão

Referem-se à diferença entre o custo total de aquisição do investimento e o seu valor justo, deduzidas das despesas de amortização. A amortização é linear de acordo com o prazo da concessão.

17.2.2 Ingressos

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21 Debêntures
21.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora															
											31/12/2023			31/12/2022												
											Encargos	Princípio	Não Circulante	Encargos	Princípio	Não Circulante										
Moeda Nacional																										
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1 700.000	1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Principal e juros no final	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	210.310	700.000	910.310	93.285	700.000	793.285											
(-) Custos de emissão		(404)	(404)		19/01/2022 a 17/01/2024			Amortização mensal			(16)	(16)	(210)	(210)												
Total geral										210.310	699.984	-	910.294	93.285	699.790	793.075										
Consolidado																										
Moeda Nacional																										
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1 700.000	1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Principal e juros no final	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	210.310	700.000	910.310	93.285	700.000	793.285											
(-) Custos de emissão		(404)	(404)		19/01/2022 a 17/01/2024			Amortização mensal			(16)	(16)	(210)	(210)												
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	366.666	1 366.666	1ª emissão em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2028	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	178	73.335	293.331	366.844	-												
(-) Custos de emissão		(404)	(404)		22/12/2023 a 22/12/2028			Amortização mensal			(1.121)	(2.500)	(3.621)	-												
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	183.334	1 183.334	2ª emissão em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2030	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,40% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	90	26.190	157.144	183.424	-												
Total geral										210.578	798.388	447.975	1.456.941	93.285	699.790	793.075										

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima em 31 de dezembro de 2023 na Controladora é de R\$910.310 (R\$793.285 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado é de R\$1.460.578 (R\$793.285 em 31 de dezembro de 2022).

21.2 Movimentação das debêntures

	Controladora e Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante						
Principal	-	-	799.525	799.525	-	799.525
Juros	-	-	117.293	93.285	-	210.578
Custo de transação	-	-	(1.428)	(1.428)	291	(1.137)
	-	-	117.293	891.382	291	1.008.966
Não circulante						
Principal	700.000	550.000	(799.525)	(799.525)	-	450.475
Juros	93.285	-	(93.285)	(93.285)	-	-
Custo de transação	(210)	(3.718)	1.428	1.428	-	(2.500)
	793.075	546.282	-	(891.382)	-	447.975

21.3 Vencimento das parcelas

	Controladora e Consolidado	
Circulante		
2024	1.008.966	1.008.966
Não circulante		
2025	98.615	98.615
2026	98.827	98.827
2027	99.039	99.039
2028	99.252	99.252
2029	26.092	26.092
2030	26.150	26.150
Total	447.975	1.456.941

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

Pequena Central Hidrelétrica SL

(i) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(ii) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(iii) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(iv) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(v) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(vi) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(vii) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(viii) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(ix) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(x) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(xi) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(xii) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(xiii) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

(xiv) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

22 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

22.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Companhia	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora																				
										31/12/2023			31/12/2022																	
										Encargos	Princípio	Não Circulante	Encargos	Princípio	Não Circulante															
Moeda estrangeira																														
4131 Scotiabank	Santa Leopoldina	150.000 USD	14/01/2022	150.000 USD	14/01/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	USD + 1,6175% a.a.	Principal no final e Juros anual	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	-	12.308	732.050	744.358																	
4131 Itaú	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Aval EDP - Energias do Brasil e b. Cessão Fiduciária do Swap	16.756	311.920	328.676	8.593	351.091	359.684															
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	172.413 USD	08/12/2023	172.413 USD	08/12/2023 a 08/12/2025	Refinanciamento do Funding de aquisição	USD + 6,27% a.a.	Principal no final e Juros semestral	Fiança Corporativa da EDP Energias	3.053	834.707	837.760	-	-	-															
Total										19.809	311.920	834.707	1.166.436	12.308	8.593	1.083.141	1.104.042													
Consolidado																														
Moeda estrangeira																														
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	150.000 USD	14/01/2022	150.000 USD	14/01/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	USD + 1,6175% a.a.	Principal no final e Juros anual	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	-	12.308	732.050	744.358																	
4131 Itaú - SWAP	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Aval EDP - Energias do Brasil e b. Cessão Fiduciária do Swap	16.756	311.920	328.676	8.593	351.091	359.684															
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	172.413 USD	08/12/2023	172.413 USD	08/12/2023 a 08/12/2025	Refinanciamento do Funding de aquisição	USD + 6,27% a.a.	Principal no final e Juros semestral	Fiança Corporativa da EDP Energias	3.053	834.707	837.760	-	-	-															
Total										19.809	311.920	834.707	1.166.436	12.308	8.593	1.083.141	1.104.042													



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:2706515000130 - Em: 09/04/2024**

Certificado emitido por: **CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR**

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Companhia	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado										
									31/12/2023			31/12/2022							
									Encargos Circulante	Principal Circulante	Não circulante	Total	Encargos Circulante	Principal Não circulante	Não circulante	Total			
Moeda nacional																			
CCB BRASIL - 511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	304	5.664	27.386	33.354	379		4.853	33.037	38.269	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(48)	(271)	(319)			(45)	(323)	(368)	
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	18	411	2.398	2.827	32		411	2.808	3.251	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(7)	(41)	(48)			(7)	(50)	(57)	
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/09/2018	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	30	674	3.931	4.635	53		674	4.607	5.334	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(10)	(61)	(71)			(10)	(73)	(83)	
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	28	720	4.202	4.950	56		720	4.922	5.698	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(9)	(55)	(64)			(9)	(68)	(77)	
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	32	731	4.263	5.026	57		731	4.993	5.781	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(10)	(56)	(66)			(10)	(69)	(79)	
CCB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	26	571	3.618	4.215	48		571	4.190	4.809	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031			Amortização mensal do custo de transação			(7)	(46)	(53)			(7)	(55)	(62)	
CCB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	54	1.201	7.604	8.859	100		1.201	8.805	10.106	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031			Amortização mensal do custo de transação			(15)	(96)	(111)			(15)	(115)	(130)	
CCB BRASIL - 511600682	EDP Goiás	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	28	633	4.065	4.726	53		633	4.636	5.322	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(96)	09/04/2019	(96)	09/04/2019 a 01/05/2031			Amortização mensal do custo de transação			(7)	(46)	(53)			(8)	(60)	(68)	
CCB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	42	948	6.248	7.238	82		993	7.227	8.302	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031			Amortização mensal do custo de transação			(12)	(92)	(104)			(14)	(109)	(123)	
										562	11.428	62.951	74.941	860	-	10.662	74.303	85.825	
										20.371	323.348	897.658	1.241.377	13.168	8.593	10.662	1.157.444	1.189.867	

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, a exceção das dívidas em moeda estrangeira que estão mensuradas a valor justo por meio do resultado considerando opção irrevogável de mensuração para eliminar descasamento contábil com swap classificado como Instrumento Financeiro Derivativo (Nota 32.1.3) contratado com o objetivo de proteção das referidas dívidas.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada encontram-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Não há cláusulas de *covenants* para os empréstimos mencionados acima.

O valor total referente às garantias de empréstimos e financiamentos mencionados acima em 31 de dezembro de 2023 na Controladora é de R\$1.166.436 (31 de dezembro de 2022 é de R\$1.104.042) e no Consolidado é R\$1.242.266 (31 de dezembro de 2022 é de R\$1.190.194).



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.2 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas								
	Controladora							
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transfêrências	Ajuste a valor de mercado	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante								
Principal	-		(739.500)		1.121.498	(8.301)	(61.777)	311.920
Juros	12.308		(23.487)		22.395		8.593	19.809
	12.308		(762.987)		22.395		1.130.091	(8.301)
								(61.777)
								331.729
Não circulante								
Principal	1.083.141	850.000			(1.121.498)	38.357	(15.293)	834.707
Juros	8.593				(8.593)			-
	1.091.734	850.000			(1.130.091)	38.357	(15.293)	834.707

	Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Ingressos	Juros provisionados	Transfêrências	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante									
Principal	10.787	(750.244)			1.133.008	(8.301)		(61.777)	323.473
Juros	13.168	(30.634)		29.244	8.593				20.371
Custo de transação	(125)				(158)		158		(125)
	23.830	(780.878)		29.244	1.141.443	(8.301)		(61.777)	343.719
Não circulante									
Principal	1.158.366		850.000		(1.133.008)	38.357		(15.293)	898.422
Juros	8.593				(8.593)				-
Custo de transação	(922)				158				(764)
	1.166.037		850.000		(1.141.443)	38.357		(15.293)	897.658

	Consolidado			
	Controladora Estrangeira	Nacional	Estrangeira	Total
Vencimento Circulante				
2024		331.729	11.990	331.729
		331.729	11.990	331.729
Não circulante				
2025		834.707	15.420	834.707
2026			14.563	14.563
2027			13.716	13.716
2028			19.252	19.252
		834.707	62.951	834.707
Total		1.166.436	74.941	1.166.436

23 Encargos setoriais
As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	3.142	2.503	325	(12.901)	10.427	3.496
Conta de desenvolvimento energético - CDE	5.281	18.134		(11.184)	(10.427)	1.804
Outros encargos	81	6.139		(6.116)		104
Total	8.504	26.776	325	(30.201)		5.404
Circulante						
2025	7.151					3.131
Não circulante						
2028	1.353					2.273

23.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE
A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, anuidades pela ANEEL.

23.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D
Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

24 Benefício pós emprego
Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência, a EDP Goiás contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado. A EDP Goiás reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente. As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Consolidado			
	Circulante	Não circulante		
Contribuição definida	20	31	207	413
	20	31	207	413

24.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão
São administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

24.1.1 Planos de Benefício definido
• Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A EDP Goiás tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da EDP Goiás na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da controlada possuem as seguintes características:
(i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos. A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev.
(ii) Eletra01 - Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença. A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício. Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

24.1.1.1 Avaliação atuarial
Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência. As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com duração similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios. As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros. A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2023 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário.

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.026)	4.062		1.036
Custo do serviço corrente	12			12
Custo dos juros	(1.059)	1.016		(43)
Ganhos/(perdas) atuariais	(850)	960	(37)	73
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(4.923)	6.038	(37)	1.078

As contribuições da EDP Goiás esperadas neste plano para o exercício de 2023 são de R\$184. O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2023, líquido de Imposto de Renda e Contribuição social, é de R\$78 (R\$126 em 31 de dezembro de 2022).

24.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício
Os vencimentos do plano de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	Consolidado	
	CELGPREV	ELETRA 01
Vencimento Circulante		
2024	831	114
	831	114
Não circulante		
2025	863	120
2026	894	125
2027	927	131
2028	959	136
2028 a 2032	5.264	766
	8.907	1.278
Total	9.738	1.392

24.1.1.4 Despesas líquidas
Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2023	2022
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		(12)	9
Custo dos juros	30	43	128
		31	137
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado			
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		(960)	(3.403)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		763	2.427
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		87	(197)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		37	-
		(73)	(1.173)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		(42)	(1.036)

24.1.1.5 Participantes
Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2023	2022
Participantes ativos	29	31
Participantes assistidos		
• Aposentados e pensionistas		14
Total	43	44

24.1.1.6 Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Obrigações dos planos			
	2023		2022	
	CELGPREV	ELETRA 01	CELGPREV	ELETRA 01
Análise de sensibilidade				
Pressupostos centrais	10.715	1.593	9.627	1.636
Taxa de desconto				
Aumento em 0,5%	10.115	1.493	9.127	1.551
Redução em 0,5%	11.173	1.667	10.025	1.698
Mortalidade				
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	10.857	1.620	9.730	1.658
Mortalidade				
Aumento em 0,5%		1.493		
Redução em 0,5%		1.667		

24.1.1.7 Premissas
As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2023		2022	
	CELGPREV	ELETRA 01	CELGPREV	ELETRA 01
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	9,50% a.a.	9,39% a.a.	9,86%	9,86%
Crescimentos salariais futuros	4,87% a.a.	n/a	4,87% a.a.	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 85	IAPB 57 Forte	MI 85	IAPB 57 Forte
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 D50%	n/a	TASA 1927 D50%	n/a

24.1.2 Contribuição definida
O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:
• Suplementação de aposentadoria;
• Suplementação de aposentadoria por invalidez;
• Suplementação de pensão; e
• Suplementação do abono anual.
Na qualidade de patrocinadora, a EDP Goiás contribuiu no exercício com R\$665 (R\$829 em 2022). Em 31 de dezembro de 2023 esse plano tem a adesão de 43 colaboradores (45 em 31 de dezembro de 2022).

25 Provisões

	Consolidado			
	Circulante	Não circulante		
Provisões cíveis e outros	3.920	3.475	7.170	5.128
Licenças ambientais	1.716	916	1.318	2.003
Total	5.636	4.391	8.488	7.131

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
25.1 Provisões cíveis
A controlada é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia e de sua controlada.

25.1.1 Risco de perda provável
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2022	Consti-tuição	Paga-mentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	Ativo	Depósito Judicial	
Trabalhistas	25.1.1.1	4.695	880	(217)	1.349	6.707	496	465	
Cíveis		85	332		42	459			
Fiscais	25.1.1.2	348		(278)	(5)	-			
Regulatórios	21.1.1.3	3.475			445	3.920			
Outros		-	4			4			
Total		8.603	1.216	(495)	(65)	1.831	11.090	496	465
Circulante		3.475				3.920			
Não circulante		5.128				7.170	496	465	

25.1.1.1 Trabalhistas
Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.
25.1.1.2 Fiscais
Processos administrativos na EDP Goiás, os quais tratam de créditos não homologados pela Receita Federal, decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2016). A contingência foi quitada com benefício econômico, em razão da inclusão do débito no Programa de Regularização Fiscal (R\$348 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, aguarda o encerramento dos processos.
25.1.1.3 Regulatórios
Referem-se aos autos de infração aplicados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE/ANEEL).
25.1.2 Risco de perda possível

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:
25.1.2.1 Trabalhistas
Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial, cuja perda foi estimada na controlada em 31 de dezembro de 2023 é de R\$8.218 (R\$4.755 em 31 de dezembro de 2022). Durante o exercício de 2023, na controlada, houve ingressos de novos processos que totalizam o montante de R\$6.224.
25.1.2.2 Cíveis
• Processo nº 5529020-74.2021.8.09.0051 em trâmite na 16ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, movido pela Embrace Participações Ltda., por suposto desequilíbrio econômico, considerando a existência de solo diverso no local da obra, divergindo do apresentado pela controlada. Afirma que a previsão original de escavação de 1.158,28 m³ se manteve, mas foi realizada em solo de 3ª categoria, tendo recebido pela escavação em solo de 2ª categoria, razão pela qual pleiteia a diferença de preço. Além disso, a Embrace também pleiteia o acréscimo de 16 meses, entendendo como devido o valor de mensal de R\$61. Tal pedido foi fundamentado, na interpretação da demandante, tendo como relação a permanência da equipe no local da obra, quanto ao período da mobilização da equipe no canteiro de obra. Atualmente o processo encontra-se aguardando designação de perícia. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 no consolidado, é de R\$ 4.896 (R\$4.253 em 31 de dezembro de 2022).
• Processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada na controlada em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 3.157 (R\$2.724 em 31 de dezembro de 2022).
25.1.2.3 Fiscais
Processos administrativos federais, os quais tratam de créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2015, 2016 e 2017) não homologados e multa isolada. Em 31 de dezembro de 2023 é de R\$777 (R\$917 em 31 de dezembro de 2022). As cobranças de multa isolada vinculadas às referidas compensações não homologadas tiveram o prognóstico alterado em razão do entendimento favorável, em repercussão geral, proferido pelo Supremo Tribunal Federal. A controlada apresentou as defesas e aguarda o julgamento.
25.1.3 Risco de perda remota
Existem também processos de natureza fiscais e trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos

...continuação

Pequena Central Hidrelétrica SI S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	
Licenças ambientais						
Circulante	916	(275)	166	887	22	1.716
Não circulante	2.003		38	(887)	164	1.318
Total	2.919	(275)	204	-	186	3.034

26 Patrimônio líquido

26.1 Capital social

O Capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$341.210 (R\$244.710 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 28 de abril de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R\$96.500, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas, integralizados totalmente pela acionista EDP - Energias do Brasil, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (Nota 9.3).

27 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Transmissão

As receitas da controlada representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• **Receita de construção da infraestrutura de construção**
A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 está entre de 5,13% e 44,71% sobre o custo real incorrido de construção no resultado da EDP Goiás. A referida margem é estimada pela controlada levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela controlada e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término das Linhas de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL. Conforme o modelo praticado pela controlada, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• **Receita de Operação e Manutenção (O&M)**
A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a controlada está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem. A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 equivalem a 120% e 200%.

Conforme o modelo de negócios praticado pela controlada, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• **Remuneração dos Ativos da concessão**

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da EDP Goiás é de 9,15% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seu efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	Consolidado	
		2023	2022
Receita de construção	14 e 27.1	265.414	120.751
Remuneração dos ativos da concessão	14	211.299	159.555
Receita de Operação e Manutenção (O&M)		121.831	99.513
Parcela Variável - IPCA	12.3	20.390	75.789
Outras receitas operacionais		8.346	5.792
Receita operacional bruta		627.280	461.400
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita		(58.036)	(42.650)
PIS/COFINS		(546)	(19)
ISS		(58.582)	(42.669)
Encargos do consumidor	23	(2.503)	(2.128)
P&D		(18.134)	(21.208)
CDE		(6.139)	(6.201)
Outros encargos		(26.776)	(29.537)
		(85.358)	(72.206)
		541.922	389.194

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da EDP Goiás é de 9,15% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos. As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seu efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

28 Custo de construção da infraestrutura da concessão da controlada

	Nota	Consolidado	
		2023	2022
Edificações, obras civis e benfeitorias		49.184	
Máquinas e equipamentos	28.1	175.134	27.956
Móveis e utensílios		356	1.361
Adiantamento a fornecedores		85	7.687
Gastos ambientais			2.919
Outros			12.276
	14	175.575	101.383

28.1 Máquinas e equipamentos

A variação refere-se aos custos associados à modernização e atualização de subestações das linhas de transmissão, principalmente nas linhas de Itapaci e Xavantes (Nota 4.3), bem como à transferência de ativos do contrato de prestação de serviços de operação na controlada.

29 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada. Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da sua controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Controladora					
		2023			2022		
		Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras	Total	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada							
Material		7		7		13	13
Serviços de terceiros	29.2	259		259		323	323
Depreciação - Ativos de direito de uso						586	586
Arrendamentos e aluguéis		(490)		(490)		(568)	(568)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			(181)	(181)			
Outras		60	11	71	10	6.295	6.305
Total		(164)	(170)	(334)	1.435	6.295	7.730

	Nota	Consolidado					
		2023			2022		
		Custo da produção e do serviço De Prestado a terceiros	Operação	Total	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	29.1	38.358		38.358	3.002		41.360
Material		1.945		1.945	441		2.386
Serviços de terceiros	29.2	9.632		9.632	12.825		22.457
Depreciação - Imobilizado em serviço		644		644			644
Depreciação - Ativos de direito de uso		424		424	373		797
Amortização		(1.207)		(1.207)	49.790		48.583
PECLD / perdas líquidas					148		148
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						1.151	1.151
Arrendamentos e aluguéis			(56)	(56)	738		682
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(1.472)	(1.472)
Custo com construção da infraestrutura	28		175.575	175.575			175.575
Outras		(271)		(271)	4.757	11	4.497
Total		49.469	175.575	225.044	71.926	(310)	296.808

	Nota	Consolidado					
		2023			2022		
		Custo da produção e do serviço De Prestado a terceiros	Operação	Total	Despesas operacionais Com Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	29.1	43.980		43.980	3.741		47.721
Material		1.901		1.901	323		2.224
Serviços de terceiros	29.2	7.330		7.330	7.838		15.168
Depreciação - Imobilizado em serviço					759		759
Depreciação - Ativos de direito de uso					641		641
Amortização		(3.822)		(3.822)	45.635		41.813
PECLD / perdas líquidas					285		285
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						1.126	1.126
Arrendamentos e aluguéis		673		673	(224)		449
Custo com construção da infraestrutura	28		101.383	101.383			101.383
Outras		1.274		1.274	1.093	6.295	8.662
Total		51.336	101.383	152.719	59.806	7.421	220.231

29.1 Pessoal e Administradores

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Pessoal					
Remuneração				22.114	17.662
Encargos				7.145	6.156
Previdência privada - Corrente				702	259
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial				(12)	
Programa de demissão voluntária					7.864
Despesas rescisórias				1.093	7.544
Participação nos Lucros e Resultados - PLR				3.114	2.709
Outros benefícios - Corrente				4.389	4.148
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial				3	3
(-) Créditos de tributos recuperáveis				(494)	
Outros				370	144
				38.424	46.489
Administradores					
Honorários e encargos				1.710	1.087
Benefícios dos administradores				1.226	145
				2.936	1.232
				41.360	47.721

29.2 Serviços de terceiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Serviços de consultoria				109	580
Serviços comerciais					41
Serviços de manutenção				(25)	5.267
Serviços de limpeza e vigilância					4.733
Serviços ambientais				8	
Serviços de informática				427	2.182
Serviços de publicação e publicidade					349
Serviços de telecomunicações					1.315
Serviços de transporte					1.383
Serviços Compartilhados					2.103
(-) Crédito de PIS/COFINS					(495)
Outros		150	81	3.278	1.460
		259	1.071	22.457	15.168

30 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções			537	9.961	21.861
Depósitos judiciais					58
Juros e multa sobre tributos	7	1.548			1.715
Outros juros e variações monetárias					34
Variações em moeda estrangeira	22.2	77.070	78.372	77.070	78.372
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(7.537)	(7.124)	(8.554)	(8.232)
Outras receitas financeiras					111
		71.618	81.209	92.295	103.832
Despesas financeiras					
Encargos de dívida					
Empréstimos e financiamentos	22.2	(52.451)	17.456	(59.458)	8.243
Debêntures	21.2	(117.219)	(93.479)	(117.584)	(93.479)
Operações de swap e hedge	33.1.3	(200.921)	(255.084)	(200.921)	(255.084)
Juros e multa sobre tributos					(6)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		25		(1.831)	(886)
Benefícios pós-emprego	24.1.1.4				(43)
Arrendamentos e aluguéis		(176)	(312)	(382)	(303)
Outros juros e variações monetárias					(410)
Outras despesas financeiras		(179)	(655)	(935)	(1.047)
		(370.946)	(332.074)	(381.570)	(342.706)
Total		(299.328)	(250.865)	(289.275)	(238.874)

31 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro					
Alíquota				(120.660	

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

33.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

Nota	Níveis	Controladora				Consolidado				
		Valor justo		Valor contábil		Valor justo		Valor contábil		
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Ativos financeiros										
Valor justo por meio do resultado										
No reconhecimento inicial ou subsequentemente										
Caixa e equivalentes de caixa	5									
Aplicações financeiras		Nível 2	11.036	26.535	11.036	26.535	565.673	241.286	565.673	241.286
			11.036	26.535	11.036	26.535	565.673	241.286	565.673	241.286
Custo amortizado										
Caixa e equivalentes de caixa	5									
Bancos conta movimento		Nível 2	505	51	505	51	86.305	1.192	86.305	1.192
Disponibilidade da rede elétrica	6	Nível 2					38.636	30.687	38.636	30.687
Cauções	11	Nível 2					13.094	11.702	13.094	11.702
Outros créditos - Partes relacionadas	9	Nível 2					1.105	3.436	1.105	3.436
			505	51	505	51	139.140	47.017	139.140	47.017
Total			11.541	26.586	11.541	26.586	704.813	288.303	704.813	288.303
Passivos Financeiros										
Valor justo por meio do resultado										
No reconhecimento inicial ou subsequentemente										
Empréstimos e financiamentos	22									
Moeda estrangeira		Nível 2	1.166.436	1.104.042	1.166.436	1.104.042	1.166.436	1.104.042	1.166.436	1.104.042
Derivativos de dívidas	33.1.3	Nível 2	141.688	255.084	141.688	255.084	141.688	255.084	141.688	255.084
			1.308.124	1.359.126	1.308.124	1.359.126	1.308.124	1.359.126	1.308.124	1.359.126
Custo amortizado										
Fornecedores	18	Nível 2	22	34	22	34	19.448	25.647	19.448	25.647
Debêntures	21	Nível 2	906.998	794.630	910.294	793.075	1.452.127	794.630	1.456.941	793.075
Empréstimos e financiamentos	22									
Moeda nacional		Nível 2					74.930	85.809	74.941	85.825
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2					182	26	182	26
Arrendamentos e aluguéis	12.1	Nível 2		3.933		3.059	3.269	5.223	3.293	3.752
Licenças ambientais	25.2	Nível 2					3.017	3.143	3.034	2.919
			907.020	798.597	910.316	796.168	1.552.973	914.478	1.557.839	911.244
Total			2.215.144	2.157.723	2.218.440	2.155.294	2.861.097	2.273.604	2.865.963	2.270.370

33.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e sua controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e sua controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e sua controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e sua controlada possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e sua controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

33.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e sua controlada também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

33.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de debêntures, empréstimos e financiamento, licenças ambientais e arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(iv) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

33.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e da controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

33.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.

Em 1º de fevereiro de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio do seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em Dólar do financiamento contratado junto ao Banco Itaú, que tem vigência até 16 de janeiro de 2024.

Em 14 de janeiro de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em Dólar do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil, que tem vigência até 16 de janeiro de 2024. Operação liquidada antecipadamente.

Em 8 de dezembro de 2023, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio do seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em Dólar do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil, que tem vigência até 08 de dezembro de 2025.

Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos contratados pela Companhia:

Contraparte	Vigência	Posição	Nocional BRL	Controladora										
				31/12/2023				2023		31/12/2022				
				Ativo	Passivo	Valor Justo	Líquido	Efeito	Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo	Líquido	Efeito
Itaú BBA	01/02/2022 a 16/01/2024	USD + 2,20% a.a. / CDI + 1,25% a.a.	350.000	330.635	(451.875)		(121.240)		(62.097)	337.717	(396.860)		(59.143)	(59.143)
Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo	14/01/2022 a 16/01/2024	USD + 1,6175% a.a. / CDI + 0,85% a.a.	849.870					(118.376)	766.325	(962.266)		(195.941)	(195.941)	
Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo	08/12/2023 a 08/12/2025	USD + 6,2700% a.a. / CDI + 1,23% a.a.	845.000	835.801	(856.249)		(20.448)		(20.448)			-		
				1.166.436	(1.308.124)		(141.688)		(200.921)	1.104.042	(1.359.126)		(255.084)	(255.084)

Os impactos dos ganhos e perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como a movimentação dos derivativos foram os seguintes:

	Efeito no Resultado				
	Saldo em 31/12/2022	Liquidação	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	Saldo em 31/12/2023
Swap (*)					
Risco de taxa de juros e moeda					
Empréstimos	255.084	(314.317)	146.304	54.617	141.688
	255.084	(314.317)	146.304	54.617	141.688

33.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios do Grupo. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

33.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamento captados pela Companhia e sua controlada apresentados na nota 22 possuem como contraparte o Banco Scotiabank Brasil, o Banco Itaú, para as cédulas de crédito bancárias e o Agente fiduciário Pentágono, para as debêntures institucionais nota 21. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e sua controlada possui um risco de mercado associado ao CDI, IPCA e ao Dólar, neste último caso, protegida pelo swap para conversão da exposição ao CDI. Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

33.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e sua controlada efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:2706515000130 - Em: 09/04/2024**

Certificado emitido por: **CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR**

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!>

...continuação

Pequena Central Hidrelétrica SI S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I) Provável	Controladora		Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos		Cenário (II)	Cenário (III)		
Aplicação financeira - CDB	CDI	11.036	97	-	97	23	45	(23)	(47)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	11.036	97	-	97	23	45	(23)	(47)
Debêntures	CDI	(910.310)	(9.003)	-	(9.003)	561	(922)	3.635	5.230
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(910.310)	(9.003)	-	(9.003)	561	(922)	3.635	5.230
Swap - Ponta Passiva	CDI	(1.308.124)	(98.325)	(936.847)	(1.035.172)	(38.543)	(76.657)	38.985	78.428
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(1.308.124)	(98.325)	(936.847)	(1.035.172)	(38.543)	(76.657)	38.985	78.428
		(2.207.398)	(107.231)	(936.847)	(1.044.078)	(37.959)	(77.534)	42.597	83.611
Scotiabank	Dólar	(1.166.436)	(370.403)	(959.295)	(1.329.698)	(1.329.698)	(332.424)	(664.849)	332.424
Principal	Dólar	(1.166.436)	(370.403)	(959.295)	(1.329.698)	(1.329.698)	(332.424)	(664.849)	332.424
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(1.166.436)	(370.403)	(959.295)	(1.329.698)	(1.329.698)	(332.424)	(664.849)	332.424
Swap - Ponta Ativa	Dólar	1.166.436	370.403	959.295	1.329.698	1.329.698	332.424	664.849	(332.424)
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	1.166.436	370.403	959.295	1.329.698	1.329.698	332.424	664.849	(332.424)

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I) Provável	Consolidado		Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos		Cenário (II)	Cenário (III)		
Aplicação financeira - CDB	CDI	565.673	4.061	-	4.061	989	1.969	(999)	(2.008)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	13.094	537	137	674	168	336	(168)	(337)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	578.767	4.598	137	4.735	1.157	2.305	(1.167)	(2.345)
Debêntures	CDI	(1.460.578)	(67.450)	(103.115)	(170.565)	(34.924)	(71.534)	39.532	77.406
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(1.460.578)	(67.450)	(103.115)	(170.565)	(34.924)	(71.534)	39.532	77.406
Swap - Ponta Passiva	CDI	(1.308.124)	(98.325)	(936.847)	(1.035.172)	(38.543)	(76.657)	38.985	78.428
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(1.308.124)	(98.325)	(936.847)	(1.035.172)	(38.543)	(76.657)	38.985	78.428
		(2.189.935)	(161.177)	(1.039.825)	(1.201.002)	(72.310)	(145.886)	77.350	153.489
Scotiabank	Dólar	(1.166.436)	(370.403)	(959.295)	(1.329.698)	(1.329.698)	(332.424)	332.424	349.281
Principal	Dólar	(1.166.436)	(370.403)	(959.295)	(1.329.698)	(1.329.698)	(332.424)	332.424	349.281
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(1.166.436)	(370.403)	(959.295)	(1.329.698)	(1.329.698)	(332.424)	332.424	349.281
Swap - Ponta Ativa	Dólar	1.166.436	370.403	959.295	1.329.698	1.329.698	332.424	664.849	(349.281)
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	1.166.436	370.403	959.295	1.329.698	1.329.698	332.424	664.849	(349.281)

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I) Provável	Consolidado		Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos		Cenário (II)	Cenário (III)		
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(75.830)	(6.690)	(15.829)	(22.519)	(25.166)	(3.494)	(7.141)	3.349
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(75.830)	(6.690)	(15.829)	(22.519)	(25.166)	(3.494)	(7.141)	3.349

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e sua controlada.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 8,0% e 11,7% a.a. e IPCA entre 3,6% e 8,7% a.a.

33.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de sua controlada em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia e sua controlada são apresentados nas notas 21 e 22.

A Administração da Companhia e de sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e de sua controlada são demonstrados nas rubricas: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), Disponibilidade da rede elétrica (Nota 6), Ativos da concessão (Nota 14), cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão. A Companhia e sua controlada, em 31 de dezembro de 2023, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Para a rubrica de Fornecedores - Suprimento de Energia, as garantias (Nota 35.2) estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia e sua controlada, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e sua controlada podem ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos Financeiros	Controladora				Total	Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 1 a 5 anos	31/12/2022		
Fornecedores	22	-	-	22	22	34
Debêntures	910.294	-	-	910.294	910.294	793.075
Empréstimos e financiamentos	331.729	-	834.707	1.166.436	1.104.042	-
Derivativos	-	141.688	-	141.688	255.084	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	3.059
	1.242.045	141.688	834.707	2.218.440	2.155.294	

Passivos Financeiros	Consolidado						Total	Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP		
Fornecedores	17.667	1.100	681	-	-	-	19.448	25.647
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	-	-	-	182	-	-	182	26
Debêntures	910.294	-	98.672	421.827	26.148	-	1.456.941	793.075
Empréstimos e financiamentos	333.085	4.084	6.550	886.238	11.420	-	1.241.377	1.189.867
Derivativos	-	141.688	-	-	-	-	141.688	255.084
Arrendamentos e aluguéis	102	101	840	2.470	305	(525)	3.293	3.752
Licenças Ambientais	175	534	1.033	1.654	-	(362)	3.034	2.919
	1.261.323	147.507	107.776	1.312.371	37.873	(887)	2.865.963	2.270.370

33.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui empréstimos com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e de sua controlada exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparece descrita individualmente na nota 21 e 22. Em 31 de dezembro de 2023 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidas em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 35.2) para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e sua controlada podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

33.2.2.2 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2023 foi negativo em R\$830.350 (R\$15.397 negativo em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado foi negativo em R\$592.816 (R\$323.652 positivo em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, às amortizações e pagamentos de juros das debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos, dos quais as debêntures já foram postergadas e nova emissão de empréstimo já foi captada, para fazer frente aos vencimentos, conforme apresentado nos quadros de empréstimos e financiamentos e eventos subsequentes (Nota 37).

33.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e sua controlada não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa, Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e sua controlada operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 todas as aplicações financeiras da Companhia e de sua controlada encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

33.2.4 Risco regulatório

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

33.2.5 Riscos ambientais

As atividades da controlada podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a Companhia e sua controlada, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da Santa Leopoldina, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

33.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A controlada pode incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da controlada depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante no resultado da controlada.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela controlada, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela controlada poderá ser afetada de forma relevante, e a controlada poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a

fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da controlada.

Visando mitigar este risco a controlada adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a controlada procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de Compliance.

33.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da controlada é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela controlada, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a EDP Goiás contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 36).

33.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos	2.218.418	2.152.201	2.840.006	2.238.026
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(11.541)	(26.586)	(651.978)	(242.478)
(-) Cauções	-	-	-	(10.937)
Dívida líquida	2.206.877	2.125.615	2.188.028	1.984.611
Total do Patrimônio Líquido	237.067	186.745	237.067	186.768
Total do capital	2.443.944	2.312.360	2.425.095	2.171.379
Índice de alavancagem financeira - %	90%	92%	90%	91%

34 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

34.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	2023					
	Controladora		Efeito não caixa			
	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2023
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Debêntures	21	793.075	-	-	117.219	910.294
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	22	1.104.042	87.013	(77.070)	30.056	1.244.021
Instrumentos Financeiros Derivativos	33.1.3	-	(314.318)	-	54.618	141.688
Arrendamentos e aluguéis	12.1	3.059	(677)	-	176	2.558
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	-	-	-	200	200
Capital social	10	241.300	-	-	-	341.210
		2.144.886	(131.482)	(77.070)	84.850	2.559.628

Nota	2022					
	Controladora		Efeito não caixa			
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Debêntures	-	699.596	-	-	93.479	793.075
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	1.199.870	(78.371)	(38.358)	20.901	1.104.042
Arrendamentos e aluguéis	-	(770)	-	-	312	3.517
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	3.400	-	-	-	-	(3.400)
Capital social	10					

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

34.2 Transações não envolvendo caixa
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Constituição de dividendos e JSCP a receber	582.851	29.128		
Constituição de dividendos e JSCP a pagar				1
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	(2.558)	47	526	94
Total	580.293	29.175	526	95

35 Compromissos contratuais e Garantias

35.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	2024	2025 e 2026	Total geral	Total geral
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	133	223	356	183
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	79.167	52.372	131.539	125.680
Total	79.300	52.595	131.895	125.863

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	2024	2025 e 2026	A partir de 2029	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	991			991
Obrigações de compra				
Encargos de conexão e Transporte de Energia	147	265	109	521
Materiais e serviços	84.544	43.159	2.070	130.421
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	143.976	124.451	30.336	304.275
Total	229.658	167.875	32.515	436.208

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	2024	2025 e 2026	Total geral	Total geral
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	129	240	369	182
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	82.291	48.501	130.792	169.487
Total	82.420	48.741	131.161	169.669

	Consolidado				
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2022
	2024	2025 e 2026	2027	A partir de 2029	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	961				961
Obrigações de compra					
Encargos de conexão e Transporte de Energia	142	285	130	981	557
Materiais e serviços	81.987	45.881	2.496	981	131.345
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	156.158	153.762	50.513	9.975	370.408
Total	239.248	199.928	53.139	10.956	503.271

35.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Ações judiciais	Seguro garantia		3.119		
Executante construtor	Seguro garantia	12.020			16.577
Outros	Seguro garantia		5.628		
Total		12.020	8.747		16.577

Os valores em garantia referente às Debêntures (Nota 21) e aos Empréstimos e Financiamentos (Nota 22), estão demonstrados em suas respectivas notas.

36 Cobertura de seguros

A Companhia e a EDP Goiás, mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	380.035	100.000	380.035	100.000
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)		360.000		360.000
Seguro de vida	27.101	(*)	24.824	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e a EDP Goiás, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.583;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$238.995; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

37 Eventos subsequentes

37.1 Alongamento do vencimento das Debêntures

Em 15 de janeiro de 2024 os debenturistas da 1ª Emissão da Companhia, aprovaram em Assembleia Geral de Debenturistas o alongamento dos R\$700.000, das referidas debêntures (Nota 21), para o novo vencimento em 17 de janeiro de 2029, com alteração da remuneração de CDI + 1,52% a.a. para CDI + 1,40% a.a.

37.2 Aumento de Capital

A Companhia, em AGE realizada em 15 de janeiro de 2024, deliberou pelo aumento de seu capital social dos atuais R\$341.210 para R\$480.210, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R\$139.000 integralizado na presente data em moeda corrente nacional pela única acionista EDP - Energias do Brasil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente

Luiz Otávio Assis Henriques
Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)

Carla Renata Baptista
Contadora - CRC 1SP328362/O-5 "S" ES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração dos Ativos da Concessão (Nota 14) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 1.754.506 mil referente aos ativos de concessão no âmbito do CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - <i>Revenue from contract with customer</i>) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidas da margem de construção e da remuneração financeira, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração dos montantes apresentados. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade dos cálculos. A mensuração em relação ao cumprimento das obrigações de performance satisfetidas ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas fixas e variáveis esperadas para essas obrigações de desempenho.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15, bem como a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao processo de construção do ativo de contrato. Efetuamos leitura dos contratos de concessão e seus aditivos (quando aplicável), testamos o cálculo dos valores alocados ao ativo de contrato de concessão, com base nas obrigações de performance previstas contratualmente e nos aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato. Adicionalmente, analisamos as premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão em discussão com a Administração da Companhia e realizamos testes de inspeção documental do custo de construção no exercício. Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações feitas em notas explicativas, são razoáveis e estão consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2023, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.*
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Forneçamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 09/04/2024**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

2199 PEQUENA CH DFS 2023.pdf

Código do documento: 2199



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

09 abr 2024, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 2199

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2024-04-09T00:51:00-03:00

09 abr 2024, 00:51:00 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2024-04-09T00:51:00-03:00

09 abr 2024, 00:51:00 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2024-04-09T00:51:00-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 95928a91f2ee83d474606f64ef47221d0a81dd315ab9cbe430e54bc5341cd29a

[SHA512]: d1203286720b820450e4c25e85258d13775f5db263a5f1dc876df741c941f58d984a4fac739b4486a78160b6329c9f723efcf6de45394444c07ffbc8b2837dd8

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB